

O SISTEMA EDUCACIONAL HÚNGARO

Breve resumo histórico do ensino húngaro

A Hungria comemorou em 1996 uma data decisiva de sua história, os 1100 anos da ocupação do território húngaro. Nossos antepassados nômades ocuparam a Bacia dos Cárpatos nas últimas décadas do século IX. Os primeiros anos após a ocupação foram seguidos pelo difícil século da acomodação econômica e política e das transformações sociais. A coroação do processo de integração foi o batismo do último príncipe pagão, Vajk, que no ano 1000 pediu e ganhou, a coroa do Papa Silvestre Segundo e tornou-se rei da Hungria, com o nome de Estevão Primeiro. É a partir desse dia, em que assumimos o símbolo de mais alto nível do cristianismo que nós, húngaros, começamos a contar a data da fundação do nosso Estado, portanto comemoramos no ano 2000 o milésimo aniversário da formação do Estado Húngaro. Com este feito, o rei Santo Estevão decidiu de maneira inequívoca e definitiva, que seu país se voltaria em direção à Europa, para o ocidente, passando a seguir aqueles valores que as nações desenvolvidas da Europa da época professavam.

Nessa cadeia dos acontecimentos foi um fato importante o estabelecimento dos monges da ordem de São Bento, e a criação da primeira escola monástica da Hungria. Consideramos a fundação do mosteiro, no ano de 996, como o início simbólico da Escola na Hungria. Portanto no ano 896 nossos antepassados ocuparam a terra de nossa pátria e cem anos mais tarde, com as escolas, assumiram a cultura européia e cristã.

O ponto de partida da história das escolas húngaras, portanto, é a fixação dos monges beneditinos de origem italiana na Panônia, no monte São Martinho, que recebeu o nome do bispo-cavaleiro nascido na Savária, a atual Pannonhalma. Alguns anos mais tarde, em 1002, a carta régia de (Santo) Estevão Primeiro dispôs sobre o tesouro do mosteiro em construção. Temos inúmeras provas indiretas da atividade educacional realizada no mosteiro. Mauritius, o bispo de Pécs que mais tarde foi beatificado, em sua obra escrita uma década depois, evoca o local de seus estudos durante a infância, como sendo o mosteiro do monte São Martinho, mencionado anteriormente. A listagem dos bens ordenada pelo rei no início dos anos 1090, que relacionou cuidadosamente os tesouros da biblioteca do mosteiro, por sua vez, dá testemunho de que no mosteiro era realizado o ensino completo, em três graus, de acordo com os preceitos religiosos e da ordem da época. Portanto, os alunos não eram formados somente para a vida monástica diária e para o trabalho missionário e pastoral a ser realizado junto à população, como também recebiam formação científica de alto nível, satisfazendo tanto os anseios eclesiásticos como estatais. Portanto é legítima a suposição de que a primeira escola da Hungria - naturalmente em idioma latim - teve um papel importante na fundação, no ano 1000, do estado húngaro, e também no desempenho das funções de direção da organização eclesiástica que se formou nos anos seguintes.

Os mosteiros e escolas monásticas beneditinos, e depois cistercienses, dominicanos, franciscanos, em número cada vez maior, estavam presentes também na vida diária, de acordo com a prática nacional. Não assumiram papel somente na solidificação dos novos costumes da fé cristã e da nova moral, como também na propagação das formas e tecnologias mais desenvolvidas da agricultura e da indústria artesanal.

Além da ampla rede de mosteiros e escolas monásticas, já nos primeiros anos do século XI começaram a ser instituídas também em série as escolas capitulares das florescentes sedes episcopais, como por exemplo, Pécs, Esztergom, Csanád, Várad, Székesfehérvár, Győr, Vác. O bispo Bonipert, de Pécs, por exemplo, nos anos 1030 pediu de Chartres - centro europeu de edição de livros religiosos da época - a intercessão do bispo Fulbert, para conseguir para a escola de Székesfehérvár o popular manual de gramática latina de Priscianus. Outras fontes fazem referência sobre as atividades administrativas de escolas do bispo Gellért, de Csanád.

As leis do rei Estevão preceituavam que cada dez aldeias deveriam construir suas igrejas em conjunto. Já relativamente cedo, começaram a surgir as chamadas escolas paroquiais, ligadas às igrejas e paróquias, as quais no início naturalmente também serviam para fins eclesiásticos, porém mais tarde tornaram-se importantes postos avançados para alicerçar a cultura geral de nível primário. Das escolas paroquiais municipais desenvolveram-se mais tarde, nos séculos XIV-XV, as chamadas escolas municipais, que satisfaziam os anseios culturais e educacionais - de caráter secular e prático - de um novo tipo de cidadão da cidade, de origem principalmente alemã.

No início da Idade Média os locais para adquirir uma instrução de nível mais elevado - na falta de instituições nacionais deste tipo - eram as universidades dos grandes centros intelectuais da Europa Ocidental: a Inglaterra, a França, e depois a Itália. Anotações da época dão testemunho da presença de estudantes da Hungria - chamados "hungarus" -, nos séculos XII-XIII, por exemplo, nas universidades de Oxford e de Paris.

No século XIV já encontramos universidades também na Hungria. Cabe aqui a tentativa do rei Lajos de fundar uma universidade em Pécs nos anos 1370, depois a universidade de vida efêmera de Óbuda, do imperador Sigismundo dos anos 1390, e as escolas monásticas de caráter superior de Esztergom e de Buda (*studium generale*), que atraíam também estudantes estrangeiros.

No reinado do rei Matias, na segunda metade do século XV foi fundado em Pozsony uma universidade, a Academia Istropolitana, na qual lecionaram famosos sábios humanistas, entre eles, por exemplo, também Regiomontanus. Estas tentativas, entretanto, por falta de ricos cidadãos mantenedores, não tiveram resultados duradouros. Nessa época os estudantes húngaros que quisessem instruir-se já tinham a possibilidade de estudar em nível mais elevado, principalmente nas universidades italianas de Pádua, Roma, Ferrara e nas universidades criadas no século XIV nos países vizinhos, como em Praga, Viena, Cracóvia. Esta constante ligação produtiva com a cultura da Europa Ocidental naturalmente foi transmissora para a Hungria dos novos movimentos sociais e das novas tendências intelectuais: o hussitismo, o humanismo, depois a reforma, que abalaram a cultura da Igreja e a situação de monopólio da cultura escolástica, e até a influência secular e o poder da Igreja.

A grande renovação eclesiástica do século XVI redesenhou o mapa das relações européias da cultura húngara. Os centros de gravidade transferiram-se para as províncias e cidades protestantes alemãs: Wittenberg, Jena, Tübingen Haalle, para os Países Baixos, Utrecht, Leyden e para a Inglaterra, enquanto que naturalmente continuavam os antigos contatos italianos do catolicismo e criaram-se novos, como por exemplo, com a austríaca Graz, a partir do século XVI.

Na Hungria alastraram-se com incrível rapidez as diferentes correntes religiosas e filosóficas do protestantismo, e também as idéias de reforma pedagógica dos séculos XVI-XVII. Na

consolidação da cultura escolar protestante da Transilvânia tiveram um papel importante os alemães Alstedius e Bisterfeld, assim como János Apáczai Csere, escolarizado na Holanda, que trabalhou na criação da erudição moderna e em língua húngara, e do sistema escolar democrático que a difundisse. Em meados do século XVII, por sua vez, na Hungria, em Sárospatak, atuava o apóstolo do novo tipo de universalidade e da intelectualidade européia moderna, o inovador da pedagogia de valor universal, Comenius. Sárospatak ofereceu refúgio e possibilidade de trabalho para Comenius. Inúmeros resultados de seu trabalho teórico e prático estão ligados a este lugar, como por exemplo, os livros didáticos das três primeiras séries da escola pansófica, a *Orbis Pictus* ou a conferência Universal e sua grande síntese pedagógica, a *Pampaedia*. O trabalho de Comenius na Hungria tornou-se parte integrante da nossa cultura escolar protestante, seus livros didáticos, a plasticidade e a concepção pedagógica dos princípios didáticos modernos que enfatizavam a atividade do aluno, o democratismo de sua imagem da escola, nortearam com segurança, durante séculos, os nossos especialistas empenhados na renovação da instrução do povo.

O rápido avanço da influência religiosa e escolar da Reforma, principalmente a ampliação do ensino popular em idioma húngaro, e a crescente atração dos colégios protestantes das cidades, forçaram a igreja católica também à renovação, a partir dos anos 1530. Os políticos religiosos e escolares de grande influência do catolicismo: Miklós Oláh no século XVI e Péter Pázmány no século XVII conseguiram com sua presença marcante equilibrar a influência do protestantismo. No século XVI os jesuítas, com seu programa escolar de grande efeito e validade universal, o *Ratio Studiorum*, e a partir de meados do século XVII os escolápios, começaram a fundar em série seus ginásios de espírito renovado. A Igreja apresentou significativos resultados também no campo do ensino público. E em 1635, por sua vez, iniciou as atividades a Universidade de Nagyszombat, fundada pelo arcebispo de Esztergom, Péter Pázmány, que é a precursora da Universidade de Budapest, que funciona até hoje.

Com as conquistas dos turcos no século XVI, a Hungria foi dividida em três partes. O país sofreu uma série de guerras devastadoras durante um século e meio. Somente a situação da região oriental da Hungria, a Transilvânia - que manteve sua independência - foi exceção: lá, de forma única na Europa da época, a partir de meados do século XVI havia uma lei que garantia a igualdade de direitos religiosos, assegurando um desenvolvimento relativamente tranquilo e uniforme na área da educação e da cultura escolar. Na assim chamada Hungria Real, que caiu sob a autoridade dos Habsburgos, a superioridade de forças da igreja católica acabou implicando na perseguição aos protestantes, no cerceamento forçado de suas práticas religiosas e no fechamento de suas igrejas e escolas.

Paradoxalmente, a questão escolar acabou saindo fortalecida e renovada deste difícil período da história húngara - com ainda a ocupação turca da parte central do país por 150 anos - como consequência da competição entre as religiões. Em meados do século XVIII já existem dados sobre quase 4000 escolas populares de nível primário e perto de 100 escolas secundárias, e além de freqüentar a única universidade nacional, os estudantes freqüentavam, em número cada vez maior, as universidades estrangeiras também.

No século XVIII, a política escolar na Hungria teve uma mudança decisiva no reconhecimento, e depois na declaração de que a "escola é política", ou seja é um assunto da comunidade, e do Estado. O terreno foi preparado pelas leis de Carlos III, nas primeiras décadas do século. O soberano Habsburgo declarou a superintendência sobre as escolas e suas fontes materiais como sendo "soberania real". Seus sucessores, especialmente Maria Tereza, conseguiram fazer prevalecer a nova doutrina cada vez mais decididamente, através da

instituição de órgãos fiscalizadores, de decretos reais que visavam a renovação do conteúdo e da organização das escolas, limitando o papel das igrejas. Decretaram, por exemplo, a dissolução da ordem jesuíta, passaram para o estado a administração de seus bens de finalidade escolar, e mais tarde, durante o reinado de José II, também a dissolução de outras ordens religiosas. Tudo isso deu um grande impulso para o ensino público, ao mesmo tempo desconsiderando os pontos de vista nacionais húngaros, já que o "absolutismo esclarecido" servia aos esforços de modernização com fins imperiais agressivos, com a finalidade de que a escola educasse bons funcionários e soldados, cidadãos úteis e súditos obedientes.

A resistência nacional contra o absolutismo imperial, que se fortalecia, gerou unidade e cooperação e na última década do século XVIII levou à autonomia religiosa e escolar dos protestantes, lançando as bases intelectuais e institucionais de uma educação e uma política escolar de caráter nacional. A partir da assembleia nacional de 1790/91, o tema da educação e do uso da língua pátria passou a ser uma questão central da política húngara. As assembleias nacionais reformistas da primeira metade do século XIX, com a chefia de políticos de grande influência como István Széchenyi, Lajos Kossuth, József Eötvös, elaboraram as bases de uma nova e moderna política educacional e escolar de concepção nacional e cívica. Influíram produtivamente sobre o seu modo de pensar os ideais filosóficos, político-científicos e econômicos da Europa do início do século, especialmente a ideologia do liberalismo enraizado no iluminismo inglês e francês, e o pensamento pedagógico que remonta a Rousseau, em primeiro lugar Pestalozzi, mas também os ideais do filantropismo (Francke, Salzemann) e o democratismo plebeu (Diesterweg).

Após 1867 pôde começar a ampla modernização do ensino húngaro, quando após a derrota da Guerra pela Independência de 1848-49 a Hungria firmou acordo com a Casa dos Habsburgos. Seus fundamentos foram lançados pela lei de ensino público de 1868 do ministro da Religião e da Educação, József Eötvös, que dispunha sobre a escolaridade obrigatória de crianças de 6 a 15 anos, colocando como tarefa primeira dos municípios, a criação de novas escolas, renovou a estrutura e o conteúdo do ensino nas escolas, organizou a moderna formação de professores, estruturou e colocou sob "superintendência" do Estado o controle sobre as escolas. Sob sua influência aumentou significativamente o número de escolas primárias e de professores, os índices estatísticos de freqüência às aulas melhorou visivelmente, todo o sistema de recursos do currículo e do trabalho escolar passou a modernizar-se continuamente (livros didáticos, bibliotecas, recursos ilustrativos). Esta influência pode ser medida também pela redução galopante no índice de analfabetismo - em 1870 era de 64%, em 1890: 47% e em 1910: 31%.

A reforma do ensino público foi seguida também nos anos 1880 pela renovação do conteúdo e da estrutura da escola secundária. Nestas décadas desenvolveu-se o sistema da escola profissionalizante primária e secundária, e em 1891 foi instituída uma lei para o estabelecimento e funcionamento de pré-primários.

No final do século XVII a universidade foi transferida de Nagyszombat para Buda e depois para Pest, e nos anos 1850 além de ser criada a Universidade Técnica, foram também inauguradas novas universidades em Kolozsvár (1872), depois em Debrecen (1912) e em Pozsony (1913). Nessa época já funcionavam na Hungria inúmeras escolas de ensino superior industrial e agrícola, e muitas academias de direito e teologia.

No espírito da lei liberal da nacionalidade, ligada ao nome de Eötvös (1868), as instituições de ensino de nível primário e secundário das nacionalidades gozavam de autonomia relativamente grande.

Apesar da situação abalada do país após a Primeira Guerra Mundial ter estreitado em grande medida o campo de ação da progressão pedagógica nacional, nas décadas entre as duas guerras mundiais - apesar dos prejuízos da guerra e da crise econômica - teve início na Hungria um importante programa de desenvolvimento escolar. Nos anos 1920 a política escolar ligada ao nome de Kuno Klebelsberg conseguiu suprir com bom resultado a falha na rede da escola primária, mas também ampliou as possibilidades de continuação dos estudos na assim chamada "escola popular" baseada nas quatro séries da escola primária. Essa mudança facilitou a mobilização das classes baixa e média e o crescimento cultural da sociedade, apesar das limitadas possibilidades de continuação dos estudos secundários e da rígida prática pedagógica prussiana, funcionavam no país na primeira metade do século uma série de escolas secundárias de alto nível. Graças ao sistema escolar húngaro iniciado por József Eötvös e aperfeiçoado por Kuno Klebelsberg, a Hungria forma cientistas de renome mundial tais como Ede Teller, Albert Szentgyörgyi, János Harsányi e György Oláh. Uma prova do peso da escolarização húngara é o fato de que o número de prêmios Nobel da Hungria, em relação ao número de habitantes do país, é o mais alto do mundo.

O final da Segunda Guerra Mundial, o curto período democrático de transição após 1945, prometia a gradativa renovação do ensino húngaro, pautada pelas tradições e pelas tendências de desenvolvimento internacionais. Em 1948, entretanto, com a estatização forçada das escolas, teve início a reformulação do tipo soviético do sistema escolar, o que levou à formação de um sistema escolar monolítico. Por trás da fraseologia e das campanhas político-ideológicas revolucionárias, obrigatórias da época, reinava no entanto uma pedagogia anacrônica, inspirada no princípio da autoridade e conservativa. Mais tarde - após 1956 - a pressão política que assolava também o sistema escolar, suavizou-se de certa forma. Ergueu-se o sistema completo de ensino primário e mesmo que de forma limitada e colocando em primeiro plano a formação profissional, teve início a expansão moderada do ensino secundário. O *numerus clausus* de natureza sócio-política, entretanto, continuou interferindo na formação das carreiras pessoais e refreou-se a mobilização social iniciada nos primeiros anos.

A tentativa de reforma econômica de 1968 induziu a modificações na Hungria. Os processos sociais infra-superficiais também levaram a modificações no ensino, que podemos qualificar como tentativas de reconquistar a autonomia da escola e a soberania profissional.

Em parte deve-se a essas mudanças, e ao mesmo tempo foi também prova do enfraquecimento do Estado partidário, o nascimento da lei de ensino do ano de 1985. Essa lei declara a independência das escolas e a soberania profissional dos pedagogos, apesar de não ter criado ela mesma as condições econômicas, sociais, políticas e jurídicas para tal. A modificação de 1990 da lei, por sua vez, com a liquidação do monopólio estatal da manutenção escolar e a dissolução do rigor do sistema escolar, abriu definitivamente o caminho para a mudança do regime, também no ensino.

As bases atuais do sistema escolar húngaro foram criadas pela lei de ensino público número 79 do ano de 1993 e pela lei de ensino superior número 80, também de 1993. Após a mudança do regime, por um lado as leis unificaram os regulamentos de ensino oriundos de várias fontes jurídicas, e por outro lado liquidou definitivamente o monopólio estatal sobre a administração

do ensino, legitimando o princípio da liberdade de ensino e dissolveu a rígida estrutura do sistema escolar. Mediante o cumprimento de determinadas condições, a lei assegura a todas as pessoas jurídicas naturais o direito de abrir e manter escolas. As tarefas de manutenção se dividem entre as autarquias e o estado. Porém o que é extraordinariamente importante: o apoio estatal se estende também às entidades mantenedoras religiosas e outras que assumam as tarefas estatais.

O objetivo das leis e de suas modificações realizadas durante este período - através da validação do princípio da criação de oportunidades e do desenvolvimento da qualidade - é de formar na Hungria uma sociedade que fundamenta as bases do desenvolvimento econômico não sobre a mão de obra barata, mas sim sobre a mão de obra qualificada, tornando-se capaz de competir com os países da União Européia, com livre circulação de capital e mão de obra. Isto tem como objetivo, em contraposição ao ensino superior elitizante de outrora, aumentar a proporção de estudantes, tanto no ensino secundário como no ensino superior. Como referência, em 1989/90, dentro de uma determinada faixa etária, somente 8% cursava uma escola superior ou universidade, enquanto que no ano 2000 a porcentagem já era de 35-36%. A meta é que para o ano de 2010, essa proporção suba acima de 50%. A proporção de estudantes do ensino secundário dentre os habitantes de 14 a 17 anos em 2000 foi de 62-65%, enquanto que na faixa etária entre 3 e 22 anos, no mesmo ano, 76,3% estudavam.

Com a finalidade de alcançar os objetivos mencionados, as autoridades de ensino aboliram o pagamento de mensalidade no ensino público de nível superior, e introduziram a instituição do crédito educativo, possibilitando que também crianças de famílias menos favorecidas possam continuar os estudos em instituições de ensino superior. Em favor da melhoria da qualidade do ensino, foi introduzido o currículo básico nacional, o que juntamente com as instituições de ensino secundário, pretende padronizar o nível do ensino.

O sistema de ensino atual

De acordo com os dados estatísticos de 1999, naquele ano letivo pertenciam à faixa etária de 0 a 29 anos 4.036.000 pessoas, ou 39,9% da população total. Destes, o número de crianças em idade escolar era de 1.360.000. O idioma oficial de ensino é o húngaro, mas diversas minorias étnicas e nacionais, como por exemplo, os alemães, romenos, eslovenos, sérvios e croatas, dispõem de instituições de ensino no próprio idioma, onde nas primeiras quatro das 8 séries da escola fundamental e nas quatro últimas séries da escola superior, a língua materna é o primeiro ou o segundo idioma.

Proporção do controle estatal e do ensino estatal

A maioria dos estudantes frequenta as escolas públicas, criadas e dirigidas por instituições estatais. Entretanto é importante observar que na Hungria, em nível primário e secundário, a diferença do nível do ensino público e das escolas particulares é mínima. Mais de 50% da manutenção das escolas particulares fundadas e mantidas por outras instituições também é assegurada pelo estado. O princípio organizador mais importante do sistema de ensino húngaro é a descentralização. A jurisdição do Ministério da Educação se estende somente a tarefas gerais de administração, como por exemplo, a admissão e a definição do sistema de requisitos no ensino obrigatório, ou o exame no final da escola secundária. As autarquias locais são as mantenedoras dos pré-primários, e das séries inferiores e superiores da escola

primária. Ao mesmo tempo, as instituições de ensino dispõem de autonomia na tomada de decisões, não só com respeito à sua organização e funcionamento, mas também ao seu orçamento. Com a finalidade de igualar o nível de ensino nas instituições, e de que a qualidade de ensino continue melhorando, o Ministério da Educação introduziu o currículo modelo nacional, o programa nacional de levantamento e avaliação, o programa elaborado para o desenvolvimento do aperfeiçoamento técnico, assim como desenvolveu o sistema de credenciamento com respeito aos livros e recursos didáticos. O Ministério da Educação em 2000 anunciou o programa Comenius, cuja finalidade é de juntamente com a melhoria da cooperação dos responsáveis pelo ensino, o fortalecimento da concepção de parceria, e com os programas já mencionados anteriormente, aumentar ainda mais a qualidade do ensino.

O ensino anterior à escola primária

Este é o primeiro nível do sistema escolar, que se ocupa de crianças de 3 a 6 anos. Neste nível a frequência à instituição é opcional, exceto no último ano, que tem caráter obrigatório. Os pré-primários públicos são gratuitos, somente sendo cobradas dos pais as despesas com atividades que não fazem parte de suas obrigações fundamentais, como por exemplo atividades extra-curriculares, alimentação, eventuais passeios, etc. No ano letivo de 1999-2000, 365.704 crianças freqüentaram o pré-primário. Atualmente mais ou menos 86-87% das crianças da faixa etária de 3 a 5 anos freqüentam o pré-primário. O período é integral, e geralmente dois pedagogos se ocupam de cada grupo. Para cada pedagogo há em média 11,6 crianças, e em cada grupo há em média 24 crianças.

O ensino escolar obrigatório

a) fases do ensino escolar obrigatório:

Tipo de escola	Idade
Pré-primário (<i>pre-primary</i>) - um ano preparatório, que é obrigatório	de 5 a 6 anos
Escola primária (<i>primary - single structure</i>)	de 6 a 14 anos (séries inferiores: de 6 a 10 anos, séries superiores: de 10 até 14 ou 16 anos)
Ginásio (<i>general lower and upper secondary</i>)	de 10, 12 ou 14 até 18 anos
Escola secundária vocacional (<i>vocational secondary school</i>)	de 14 até 18, ou 19 anos (curso de 4 ou 5 anos)
Escola de aprendizagem profissional (<i>apprenticeship school</i>) (<i>Este cessou no ano letivo de 2000/01.</i>)	de 14 a 16, ou 17 anos (3 anos de estudo)
Escola profissionalizante (<i>remedial + training school</i>)	de 16 até 18, ou 20 anos

Na Hungria, o limite superior de idade do estudo obrigatório é de 18 anos. A formação profissional não pode começar antes dos 16 anos, até essa idade o estudante somente pode ter formação de caráter primário. Devido à alteração do início da formação profissional de 14 para 16 anos, tiveram de ser feitas alterações no sistema da instituição escolar secundária vocacional: as escolas profissionalizantes se transformaram em escolas aglutinadas, que asseguram ensino especial para alunos que não conseguem concluir seus estudos de escola primária até os 16 anos de idade. Por este motivo, uma parte das escolas de aprendizagem

profissional se transformou em escola secundária vocacional, e outra parte em escola aglutinada.

b) Requisitos para a admissão:

A lei de educação estabelece o ensino obrigatório gratuito, mas, ao mesmo tempo as escolas particulares podem cobrar mensalidades. O pré-requisito para a admissão nas escolas primárias é a existência do certificado de maturidade escolar. As escolas são obrigadas a admitir todas as crianças com maturidade escolar de seu distrito, por outro lado os pais podem procurar outras escolas. Em outras palavras, as crianças não são obrigadas a frequentar a escola de seu distrito. A admissão para a escola secundária é decidida pelo exame de admissão organizado pela instituição. O exame de admissão é feito com base nos requisitos estabelecidos pelo Ministério da Educação.

c) Duração do ano letivo:

O ano letivo é de 185 dias letivos. Tradicionalmente inicia-se em 1º de setembro e vai até o dia 31 de agosto do ano seguinte. Normalmente há três intervalos de uma semana, em termos de Europa: no outono, no inverno e na primavera, assim como um intervalo de 10-11 semanas, no verão. A lei limita o número máximo de aulas diárias: nas 2 primeiras séries é de quatro e acima disso, de seis aulas.

d) Número de alunos por sala, grupos de alunos:

No ano letivo de 1999/2000 no pré-primário havia 11,6, na escola primária também 11,6, no ginásio 10,3, enquanto que na escola secundária vocacional havia 13,3 alunos para um professor. Nas escolas primárias a média era de 21,6 alunos por classe. O regulamento estabelece que da 1ª à 4ª série o número máximo de alunos por classe pode ser de 26 crianças, da 5ª à 8ª série 30, enquanto que da 9ª à 13ª série 35 alunos. As classes são mistas, meninos e meninas da mesma idade estudam juntos. Em certas escolas os alunos com conhecimentos diferentes são divididos em grupos separados. No caso de alunos que fazem parte do chamado ensino integrado, no cálculo do número de alunos por classe as crianças que têm problemas de estudo e as que exigem atividades especiais são contadas como duas, enquanto que os alunos deficientes contam como três. É obrigatório instituir grupos étnicos ou nacionais de estudo, se os pais de pelo menos oito crianças pertencentes à mesma minoria assim o solicitarem. As diferentes matérias são ensinadas por professores especializados.

e) Fiscalização e conteúdo do currículo escolar:

O molde que estabelece o trabalho de preparação do roteiro de ensino dos professores tem três níveis: o Currículo Básico Nacional, obrigatório desde 1995, o Currículo Modelo, usado desde 2000 e o currículo local da instituição. Isto significa que além de observar as exigências de matérias do Currículo Básico Nacional e do Currículo Modelo, as próprias escolas podem elaborar e aceitar currículos locais e o roteiro de ensino, mesmo separado por cada série e cada matéria. De acordo com nossas informações, no ano letivo de 2001/2002 todas as escolas prepararam seu roteiro de ensino de acordo com as exigências do Currículo Modelo. O Currículo Básico Nacional engloba todas aquelas aptidões e conhecimentos que cada aluno precisa receber. É característica do Currículo Modelo priorizar a prática e o desenvolvimento da aptidão. Os métodos de ensino são discutidos em cada escola com a participação do corpo docente, dos pais e de todas as autoridades mantenedoras. A escolha dos livros didáticos utilizados é responsabilidade dos professores, porém a esfera de livros obrigatórios que podem ser escolhidos é estabelecida pelo Ministério da Educação. Como já mencionei antes, estão a serviço da melhora do conteúdo e do nível de ensino, o programa Comenius 2000 e a introdução do sistema unificado de exame e avaliação.

f) Avaliação, progresso, qualificação:

Os professores testam regularmente durante o ano o conhecimento dos alunos, na forma de avaliações orais e escritas. As notas são de 1 a 5, sendo cinco a nota máxima. O aluno que não obtiver bom resultado, com base na nota de fim de ano (exceto na 1ª série, onde não há tal avaliação), pode ser obrigado a repetir o ano. No fim do ciclo obrigatório o aluno recebe um certificado de escola primária, que contém os resultados alcançados na escola. Antigamente havia exame de conclusão na escola primária, que hoje em dia não existe mais.

Formação após o ciclo obrigatório, escolas secundárias

A lei estabelece o estudo obrigatório até os 18 anos de idade. Por outro lado, ao mesmo tempo possibilita que o aluno inicie pela última vez um ano letivo, no ano em que completa vinte e dois anos, no âmbito do ensino no sistema diurno em escolas vocacionais e secundárias. Por diversos motivos, que não irei detalhar agora, este prazo pode ser estendido por mais um a três anos. Portanto estes alunos ainda podem ser admitidos gratuitamente em turno diurno no ensino de nível secundário. Os alunos mais velhos do que isso somente podem terminar seus estudos no âmbito de formação de adultos.

Isto significa que estes alunos podem estudar em qualquer um dos tipos de escola mencionados no âmbito do ensino obrigatório, desde que responda às outras exigências da escola. Disto resulta, que as formas de ensino, as exigências para a admissão, o currículo, etc., correspondem ao relatado no âmbito do ensino escolar.

Ensino superior

a) Formas de ensino:

As instituições de ensino superior da Hungria organizam seus cursos de acordo com a sua especialização. As instituições de ensino superior podem ser escolas superiores, universidades e instituições credenciadas para a formação profissional de nível superior.

b) Admissão:

A apresentação do diploma de conclusão da escola secundária é requisito básico para a admissão em qualquer instituição de ensino superior. Nestas, a admissão é feita em função de um exame de admissão. Algumas instituições, além do exame de admissão, ainda impõem outras condições, como por exemplo, a apresentação de certificado de exame de idioma, ou dependendo do caráter da formação, a existência de outras especialidades, ou capacitações.

c) Capacitações:

Os diplomas obtidos das instituições de ensino superior da Hungria têm duas funções: por um lado atestam a formação profissional, por outro lado a formação acadêmica. Adquire diploma universitário a pessoa que obtiver bom resultado no exame de conclusão após terminar seus estudos universitários pelo período de 4 a 6 anos, eventualmente mais. O diploma contém a especialização, ou especializações e o resultado obtido nos exames. Ele autoriza o proprietário a exercer o trabalho correspondente à sua especialização e a iniciar seus estudos de doutorado. O diploma confere ao aluno recém-formado o título de "engenheiro mecânico, professor de química e biologia, de literatura e língua portuguesa, engenheiro agrônomo", etc. O "diploma de Escola Superior" é emitido para aqueles que cursaram 3 ou 4 anos de escola superior, tendo bom resultado no exame de conclusão. O diploma contém a área, a especialização, e o resultado obtido nos exames. Ele autoriza o proprietário a exercer trabalho na sua área, e do

ponto de vista acadêmico pode iniciar os estudos de pós-graduação na escola superior, assim como continuar os estudos na universidade. O certificado de profissionalização de nível superior é emitido para aqueles alunos, que depois da escola secundária participam ainda de uma formação técnica especializada de dois anos - não universitária, mas em nível de escola superior - e conseguiram bom resultado no exame de aptidão. Este diploma atesta uma formação profissional de nível superior, que figura da Lista Nacional de Qualificações.

Necessidades especiais

Participam do ensino público inúmeros grupos de estudantes, cuja instrução exige um currículo individual, princípios pedagógicos específicos e em muitos casos métodos de estruturação de ensino especiais. O ensino público assume uma responsabilidade especial por estes grupos, também estabelecida claramente na legislação húngara. Dois grupos de estudantes ganham atenção destacada na Hungria: o de crianças deficientes e o de crianças pertencentes às minorias étnicas.

A legislação húngara contém item por item as diversas categorias de deficiência sob responsabilidade médica e educacional. A lei lista as diversas deficiências: deficiências físicas, auditivas ou visuais, deficiências mentais mais ou menos graves, deficiências de fala, etc., com base nas quais seus portadores são encaminhados às instituições de ensino especial. Os pais têm o apoio de um grupo de conselheiros especializados para auxiliá-los na tomada da decisão mais acertada.

No ano letivo de 1999/2000 participaram do ensino especial 45.245 crianças, sendo que este número inclui também as crianças pertencentes às minorias étnicas. Estes são em maior número do que os deficientes.

Os pedagogos

Professor primário: pedagogo que leciona para alunos entre 6 e 10 anos de idade, que freqüentam as primeiras quatro séries da escola primária, especializado durante seus estudos de escola superior em matérias que dão conhecimentos gerais.

Professor: pedagogo que leciona para alunos entre 10 e 14 anos de idade, que freqüentam as últimas quatro séries da escola primária, especializado em uma ou duas matérias durante seus estudos de escola superior, ou universidade.

Professor diplomado: pedagogo que leciona para alunos que freqüentam as últimas quatro séries da escola primária, mas principalmente a escola secundária, de 14 a 19 anos de idade. Estes educadores têm formação universitária e são especialistas em uma ou duas matérias.

Professor especializado: pedagogo que leciona para alunos entre 16 e 20 anos de idade, de escolas secundárias vocacionais ou profissionalizantes, com diploma de escola superior. Além de sua formação de professor, geralmente tem também diploma de engenheiro agrônomo, engenheiro ou economista.

Professor profissionalizante: pedagogo que leciona para alunos entre 16 e 20 anos de idade, de escolas secundárias vocacionais ou profissionalizantes, especializado em uma matéria durante seus estudos em escola superior ou universidade, que além dessa formação, geralmente tem também outro diploma, de engenheiro ou economista, etc. Os professores que têm também

diploma universitário podem lecionar matérias especializadas em instituições de nível secundário, enquanto que aqueles que têm diploma de escola superior podem lecionar matérias práticas.